

35º Encontro Anual da Anpocs

GT 15 – Título: Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

***Mães solteiras e de respeito!* Convenções de gênero, conexões e tramas de poder**

Alinne de Lima Bonetti

Uma Vila no feminino

Entre outubro de 2004 e julho de 2005 realizei pesquisa etnográfica em Recife/PE sobre o campo política feminista local. Mais especificamente interessava-me compreender como as mulheres das camadas recifenses de baixa renda inseriam-se neste campo, permeado por relações desiguais de poder, constituídas por distintos feixes de marcadores sociais que se interseccionavam. A etnografia junto ao cotidiano do Grupo de Mulheres da Vila¹, na sua maioria formado por trabalhadoras domésticas, que compunha a atual diretoria do Conselho de Moradores da Vila, e cuja atividade política acompanhei mais próxima e sistematicamente, descortinou a relevância da dimensão da militância em suas vidas, apontando para, além da inseparabilidade entre política e cotidiano, uma hiperpolitização do cotidiano. A relevância da política na vida dessas mulheres se torna ainda mais explícita quando se analisa a trajetória em comum de parte deste Grupo na busca por moradia popular, origem da Vila.

Ao longo do meu convívio com o Grupo de Mulheres da Vila ouvi, repetidas vezes, a história da sua origem contada pelas minhas interlocutoras. Muito embora as versões tenham pequenas diferenças entre si, há um núcleo central que aparece em todas elas. Segundo contam, a Vila partiu da *necessidade da empregada doméstica sair do quarto da patroa, de ter a sua própria casa* (Diário de Campo, doravante DC 16.11.04)². A então Associação das Trabalhadoras Domésticas mobilizou-se para demandar à Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB) habitações populares para as suas associadas. No processo de negociação com a gestão do governador Miguel Arraes, eleito em 1986, para cuja eleição se empenharam porque o consideravam um *governador popular*, a categoria das empregadas domésticas conseguiu garantir 25 casas do conjunto habitacional. O processo de negociação

¹ Em função de questões éticas, o nome do grupo de mulheres, bem como os seus nomes próprios foram trocados.

² Os elementos textuais marcados em itálico ao longo do texto tratam-se de depoimentos das interlocutoras desta pesquisa, retirados dos Diários de Campo, instrumento de pesquisa central no método etnográfico que embasa esta investigação.

com o governo do Estado, bem como os termos em que tais negociações foram feitas, interessam ser analisados mais de perto, posto que revelam, desde a sua origem, um confronto com um determinado modelo de família ao qual estão associadas determinadas convenções de gênero no próprio processo político de constituição da Vila, elementos que se repetirão no processo de disputa eleitoral pelo Conselho de Moradores.

A família, segundo Collier, Rosaldo e Yanagisako (1992) é um “construto ideológico”, tomado como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui numa oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política. Contudo, desde a década de 80 os estudos sobre família “têm apontado para o fato de que [ela] não deve ser pensada de maneira homogênea, mas como universo multifacetado e com múltiplos arranjos, e que, ao tratá-lo, convêm supor diferenciadores de classe social, de gênero e de idade” (Gregori, 2007:3).

É com base na idéia de que há múltiplos arranjos familiares possíveis que se deve compreender a tensão entre um modelo de família, presente desde a concepção do projeto de construção da Vila e que se estende no cotidiano das interlocutoras desta pesquisa, e os arranjos familiares que se constituem nas suas práticas, os quais, por sua vez, correspondem a convenções de gênero particulares.

A hipótese em análise, frente à experiência etnográfica junto ao Grupo, é a de que a trajetória política em comum se constitui como o elemento que constrói um laço duradouro e profundo com força de parentesco. Esse modelo de relação, ao meu ver, tem conseqüências importantes para a compreensão da politização do cotidiano na Vila, para as convenções de gênero ali vigentes, que conjuntamente, desafiam o modelo de parentesco euro-americano descrito por Strathern (1996), cujas bases se fundamentam na consangüinidade e impõe a necessidade simbólica de um pai e uma mãe. No entanto, tais elementos, que são dinâmicos, acabam sendo ameaçados e reconfigurados pelos processos políticos em que se encontram envolvidas. Para a compreensão destas questões, começemos pelo fragmento da narrativa de Lucimar, uma das principais interlocutoras desta investigação, sobre a luta das domésticas pela construção da Vila:

Lucimar: *A proposta de campanha de Arraes, era casa para quem ganhasse de zero a três salários mínimos e a gente, que ganhava salário mínimo, estava dentro. Ele era o único que tinha a proposta em que realmente a gente encaixava. Aí, no primeiro ano de governo, a proposta de cem casas para a família das domésticas, com filho, marido, não saiu. No segundo ano a proposta pulou para cinquenta e não saíram as cinquenta, e a gente no pé do homem. Aí no terceiro ano pulou para 25 casas e daí a gente apertou para assinar o convênio logo. Aí saíram as 25 casas. O critério era ser associada, de preferência alguns anos, e com família: filho, marido, pai, mãe... Cada doméstica que tivesse filho, marido, pai, família que dependesse dela. Tinha algumas que não tinham filhos, como eu e a minha irmã que vive hoje em São Paulo, mas a gente era associada, pagava em dia a associação e estava na frente da luta... A gente foi e pegou no pé da secretaria do secretário de habitação. Teve uma reunião e a gente foi lá pro prédio da COHAB, um grupo grande de doméstica para conversar direto com o assessor de Miguel Arraes. Pense num chá de cadeira. A gente começou a gritar nos corredores 'se não nos receber a gente não faz mais campanha!' A gente começou a fazer confusão nos corredores e já estava terminando o mandato do homem, fazia três anos...*

Alinne – *Mas vocês conseguiram mudar o critério para receber as casas, já que vocês não se encaixavam no critério, não tinham família nem filhos?*

Lucimar – *Depois do convênio assinado com ele, que era o mais difícil, a gente foi tirar entre as domésticas, aquelas que estavam mais na luta. Porque as que tinham família, nessas alturas, já tinham comprado casa, tinha parente que tinha dado um pedacinho, outras que tinham partido pra invasão... Outras domésticas não queriam vir praqui, queriam ficar perto do trabalho e foram abrindo mão. Tanto foi que a maioria que ficou não tinha filho, e as que tinham, já eram grandes ou tinha menino que era pequeno, mas morava com o pai... Foi tanto que ficaram cinco domésticas que não tinham filhos porque as meninas não quiseram vir para cá por ser muito longe e muito feio. Tanto que veio uma doméstica já aposentada e quis voltar a morar no emprego, porque a casa era muito feia, a rua não era calçada, não tinha água encanada, a fossa era aberta. Ela viu a situação e botou para chorar, ficou em depressão, não comia, não bebia, não dormia e voltou pro emprego. Depois ela se arrependeu muito. Hoje ela mora no interior, pagando aluguel de*

quartinho, porque a patroa não agüentou mais. Só sei que nessa política a gente cozinhou a cabeça da Secretária dele e a gente conseguiu. Foram as meninas que estavam mais integradas no movimento, engajada mesmo e queriam moradia (DC 05.06.05).

Essa mobilização, que redundou numa conquista coletiva, é contada com uma riqueza de detalhes e orgulho, enfatizando o árduo processo de efetivação da construção e da garantia de posse das suas casas. Elementos semelhantes também aparecem na história que me foi contada por Celina, doméstica aposentada e, à época da pesquisa, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana do Recife, cargo que ocupava há sete anos. Celina é *mãe solteira* de um filho que já lhe deu três netos. Nunca quis se casar. Vive só na Vila e fez parte da sua constituição, bem como apoiou as gestões da diretoria de Amelinha no Conselho de Moradores da Vila, de quem é antiga amiga, comadre – esta é madrinha do seu único filho – e companheira de lutas *desde o tempo da Ação Católica, do movimento de Igreja*.

Sobre a constituição da Vila, Celina relatou: *quando começou o convênio com a COHAB, eu me encorajei e vim para cá, porque vinham 25 domésticas. Se tivesse que vir sozinha, eu não viria, mas como vinham as colegas eu me encorajei. As minhas irmãs me perguntavam o que eu ia fazer na Vila sozinha; diziam que eu não ia me adaptar. Mas eu dizia que ia vir, e se não me desse, entregava a casa e voltava. Mas acabei me dando bem e ficando*. Contou que não fora fácil frente aos problemas das invasões, da distância do seu local de trabalho e da dificuldade do transporte, sem contar a discriminação de que elas eram alvo na Vila: *tem preconceito até hoje. Tem um vizinho que é funcionário público que vive criando caso com a gente, fica nos chamando de peniqueira³. Tudo isso porque das 25 domésticas que vieram, apenas uma tinha companheiro. Todas as outras tinham paquera na rua e não traziam para casa. Daí quando a gente veio para a Vila todas as mulheres ficaram achando que a gente ia mexer com os homens delas ‘ah, esse bando de mulher sozinha’. Foi um trabalho, mas a gente não desistiu. Se a gente fosse mole, a gente não tinha ficado, mas a gente ficou (DC 23.03.05).*

³ O substantivo “peniqueira”, de acordo com o dicionário Houaiss, é um regionalismo típico do Nordeste brasileiro, de uso pejorativo, utilizado para designar a criada encarregada de quarto e, no caso das minhas interlocutoras, um sinônimo de empregada doméstica de forma geral.

É interessante de se perceber que nas mais distintas narrativas há sempre uma referência ao fato de serem mulheres sozinhas, sem família e/ou sem homem. Parece-me haver aqui um importante nó de sentido para se compreender as convenções de gênero, de família e o mundo político no cotidiano da Vila. O modelo de família com o qual lidam, desde o projeto político governamental para a Vila, aponta para um modelo que reproduz o padrão de família nuclear assentado na tríade mãe-pai-filhos, mas que também tem abertura para a família extensa, incluindo os pais, por exemplo. Há, na base, o modelo de família que deriva de uma concepção de parentesco consangüíneo, convenção de parentesco nativa ocidental como demonstram criticamente muitos estudos voltados para o tema⁴. No entanto, como se pode perceber nos seus relatos, os arranjos familiares mais comuns entre elas são o de *mães solteiras e de respeito*, como costumam remarcar, com um filho. Os homens, com exceção do caso de Amelinha, são passageiros em suas vidas. Quando permanecem parecem ter um lugar muito pouco expressivo.

Na tensão entre convenções culturais e arranjos práticos, experienciada por essas mulheres - percebidas através da perspectiva da militância política -, há muitos elementos para os quais gostaria de chamar a atenção. Os seus arranjos familiares, muito embora pareçam dissonantes com uma convenção de família e parentesco vigente, seguem um padrão de arranjo familiar encontrado entre a população pobre de Recife. Scott (1990), em pesquisa junto a população semelhante, porém sem qualquer trajetória de militância política, identifica a predominância do arranjo familiar matrifocal associado à responsabilidade feminina pelo sustento da casa e dos filhos.

O pesquisador, preocupado em analisar o ciclo do desenvolvimento doméstico entre essa população, buscou compreender a dissonância entre a asserção recorrentemente encontrada entre as mulheres de que “uma mulher sem marido não é nada” e o padrão de separação. Segundo o autor, ter um marido “reporta-se a uma estratégia que não passa, necessariamente, pela questão de ‘sobrevivência’ e aumento das fontes de renda” (p. 44). Não é, necessariamente, a capacidade de provedor que está em jogo, já que o desemprego e a falta de renda masculina é uma constante (Nascimento, 1999). Antes, a presença do marido

⁴ Como os de Collier e Yanagisako, 1987; Delaney e Yanagisako, 1995; Strathern, 1996; Carsten, 2000 e Franklin e McKinnon, 2001, por exemplo.

está associada à melhoria da auto-avaliação do *status* da mulher, à sua reputação em ser uma mulher respeitável. Se a escolha do marido não for bem feita, no entanto, a reputação feminina não está garantida, “tanto em função dos ganhos baixos e inseguros, como pelas atividades recreativas e amorosas do marido” (Scott, 1990:44).

Tal análise pode ser comparada às interpretações correntes sobre o universo moral das camadas urbanas de baixa renda, que enfatizam uma organização familiar baseada no “princípio da reciprocidade”, como o “elemento estruturante de sua moralidade a partir do qual explicam suas regras e seu lugar no mundo social” (Sarti, 1995:140). A ele se associa o princípio da complementariedade como a regra sociológica que funda o modelo de conjugalidade, segundo a qual o feminino e o masculino possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar.

Do marido, espera-se o bom desempenho do seu papel ao prover a família tanto material quanto simbolicamente - garantindo proteção e respeito social - enquanto que da esposa espera-se a fidelidade sexual - através da demonstração pública da evitação a outros homens -, o cuidado dos filhos e da casa (Sarti, 1989, 1996; Fonseca, 1987, 2000 e Zaluar, 1994).

No entanto, o padrão de separação encontrado por Scott parece se relacionar ambivalentemente com essa convenção moral de organização familiar e conjugal, apontando para um campo de escolhas femininas que passa pela avaliação da adequação dos homens. Tomando-se o caso do Grupo de Mulheres, que têm em comum o fato de terem tido um relacionamento conjugal, mas que se entendem como *mães solteiras e de respeito*, a suposta inadequação dos seus arranjos familiares à convenção de parentesco, família e conjugalidade vigente aponta para uma ambivalência nos termos sugeridos por Peletz (2001).

Esse autor propõe estabilizar o uso da noção de ambivalência e as suas implicações na compreensão do parentesco, tal como é compreendido contemporaneamente. Segundo ele, os novos estudos têm dado considerável atenção analítica às ambivalências antes relegadas, posto que se preocupam com questões de poder, da socialidade, das práticas e agências, sob influência da crítica feminista e de teorias como a Teoria da Prática. Para ele, a ambivalência refere-se à coexistência simultânea de duas ou mais emoções ou atitudes contraditórias poderosas, relativas a pessoas ou coisas (Peletz, 2001: 414). As pesquisas

focadas no cotidiano e nas práticas de agentes sociais apontam os paradoxos e incoerências experienciados, reveladores das ambivalências que dão acesso às convenções, repertórios e às suas vivências.

No caso analisado, a adesão a convenções de gênero e parentesco e a prática dos seus arranjos familiares revelam as ambivalências que, sugiro, relacionam-se à dimensão da militância política nas suas biografias. Ambivalente, na medida em que, por um lado parecem compartilhar delas, e por outro as desafiam. Se por um lado, a condição de solteira pôde ser um elemento de estigma frente à vizinhança, como parecem querer sugerir os seus relatos, por outro, há também um certo tom de orgulho na ênfase a essa condição, que pode estar associado à garantia de uma melhor reputação, não se submetendo a qualquer homem sem qualidades. Contudo, sugiro que a condição recorrentemente assinalada de *mães solteiras de respeito*, associada à trajetória de conquistas políticas como a construção da Vila, a despeito do critério de distribuição das casas baseado numa convenção estrita de família e conjugalidade, nos leva a uma compreensão de como a política pode ser considerada uma dimensão passível de criar novos arranjos familiares, que desafiam os modelos de família e parentesco convencionais.

A história em comum de terem pleiteado habitação popular, a conquista da constituição da Vila onde vivem juntas há mais 16 anos e na qual famílias formadas pela mãe e um filho é a regra, parece ter criado um tipo de laço específico entre esse grupo de mulheres, que me parece ter força de parentesco aos moldes da noção de “conexão” proposta por Carsten (2000) em substituição ao conceito tradicional de parentesco que, segundo a antropóloga, ainda remete à oposição analítica entre o biológico e o social. A noção de “conexão” procura dar conta de outros elementos que criam laços profundos e duradouros entre as pessoas, associados à esfera dos parentes (Fonseca, 2003), que concorre com os laços consangüíneos.

Daí decorre a hipótese em análise acima mencionada, a de que a trajetória política em comum se constitui como o elemento que constrói o laço duradouro e profundo com força de parentesco do qual deriva a conexão entre essas mulheres. Esse modelo de relação, ao meu ver, tem conseqüências importantes para a compreensão da politização do cotidiano na Vila, para as convenções de gênero ali vigentes, que conjuntamente, desafiam o modelo de

parentesco euro-americano descrito por Strathern (1995). No entanto, tais elementos, que são dinâmicos, acabam sendo ameaçados e reconfigurados pelos processos políticos cotidianos na comunidade da qual fazem parte, como as eleições para o Conselho de Moradores da Vila, que exacerba e explicita uma cisão entre o grupo, advindo do campo político extra-comunitário. Para compreendê-los, antes vejamos alguns aspectos importantes do cotidiano da Vila, que parecem girar em torno do Conselho de Moradores.

O cotidiano, política e o Grupo de Mulheres na Vila

Diferentemente das muitas descrições etnográficas sobre a vida cotidiana em bairros periféricos (Caldeira, 1980; Zaluar, 1985, Fonseca, 1995a, 1995b e 2000) que revelam uma intensa sociabilidade pública com crianças brincando nas ruas, mulheres nos pátios em conversas com vizinhas, portas abertas, a vida cotidiana na Vila pareceu-me singular nas minhas primeiras incursões. Casas fechadas, ruas vazias pareciam ser a regra. Ao longo do tempo e do convívio naquele espaço através do Grupo de Mulheres da Vila, pude nuançar essa percepção inicial e perceber alguns padrões de organização e sociabilidade que podem ser entendidos na chave de uma “sociabilidade agonística” (Comerford, 2003) marcada por disputas e tensões, e que parecem seguir duas regras mais gerais. Durante a semana com pouco movimento, casas fechadas denotando ou uma vida reclusa ou ausência da Vila.

O movimento costumava a aumentar nos finais de tarde e nos finais de semana, revelando alguns traços de um padrão de sociabilidade mais pública. Aí sim, costumava encontrar pequenos grupos de mulheres conversando nas frentes das casas, pessoas transitando pelas ruas, crianças brincando em volta das mulheres agrupadas. Podia-se perceber, através de algumas portas escancaradas, o seu interior das casas à mostra aos passantes curiosos como eu, e muita música em alto volume, na sua maioria de estilo *tecno brega e calipso*.

Mesmo com essas mudanças na sociabilidade da Vila, percebe-se um padrão diferenciado entre as mulheres do Grupo e aqui o caráter agonístico se vê mais claramente. Seja durante a semana, em que muitas passam a maior parte do dia fora de casa em função dos seus empregos, seja nos finais de semana, as suas casas estão sempre fechadas e elas

pouco estão nas ruas, conversando com as vizinhas. Parece haver entre o Grupo de Mulheres um cuidado em preservar uma certa privacidade e um certo distanciamento em relação às redes de sociabilidade da Vila, como deixa entrever o comentário de Iazinha, outra doméstica do Grupo, importante interlocutora desta pesquisa: *as vizinhas me acham metida: só porque eu não fico sentada na frente fazendo fofoca com elas* (DC 31.03.05).

Entendo tais posturas como indícios da busca pela demarcação de uma distinção relativa ao padrão de sociabilidade ali vigente. Com tal mecanismo de distinção, parecem se esforçar em não serem confundidas com as pessoas da Vila. Ele se associa a uma demarcação de prosperidade em relação à rede de vizinhança, a uma resposta em forma de ênfase numa superioridade moral frente à avaliação negativa e potencialmente perigosa do status conjugal de solteira da maioria das mulheres do Grupo e, sobretudo, a uma determinada posição política. No entanto, a tentativa de se resguardarem dos comentários e de terem uma vida mais privativa que as diferenças do universo feminino local não é vivida sem conseqüências.

A resposta que recebem ao seu esforço de diferenciação aparece em forma de fofocas das quais são alvo na Vila. Tema já muito tratado na literatura antropológica, a fofoca tem sido analisada como um importante regulador das relações sociais entre os grupos investigados. Tematizando diferentes questões que envolvem os grupos, a fofoca pode ser compreendida como reveladora das relações de poder que os permeiam, como se pode perceber nas análises de Elias e Scotson (2000), de Commerford (2003), de Fonseca (2000) e de Fasano (2006), muito embora seja tratada analiticamente de forma distinta entre esses diferentes autores⁵.

Como se pode perceber nas descrições sobre o cotidiano da Vila, feitas acima, nesse contexto a fofoca assume um papel semelhante. Ela revela as cisões locais, os mecanismos de distinção do Grupo de Mulheres em relação à comunidade em que vivem e engendram a própria disputa política. A identificação de uma marca distintiva de prosperidade, que

⁵ Fasano (2006) demarca uma distinção entre o seu estudo e o de Fonseca em relação aos estudos antropológicos tradicionais sobre a fofoca. Segundo a autora, os estudos anteriores, ao enfatizarem a fofoca como um regulador social, sugerem uma preeminência da comunidade frente a essa prática, que seria uma função ao seu serviço. Aliando-se à análise de Fonseca (2000), Fasano propõe uma perspectiva diferente acerca da fofoca: ela “é (constitutiva) da vida social” (p. 31) e não apenas uma função dela.

também se reflete no modo de vida dessas pessoas ao não se “misturarem”, recorrentemente apareceu como uma categoria acusatória nas fofocas que envolvem o Grupo de Mulheres.

A reforma da casa de Maria das Graças, também doméstica e participante do Grupo, que estava condenada pelos cupins, em realidade teria sido feita com recursos de um empréstimo que fizera na Caixa Econômica Federal, mas era comentada nas rodas da Vila como fruto do dinheiro arrecadado com as festas feitas no Conselho já que participara da diretoria (DC 16.11.04). Nesse mesmo sentido são os comentários acerca da casa de Amelinha, que disseram ter sido construída porque ela estava no Conselho. Ou ainda a fofoca surgida em torno do seu novo aparelho de telefone celular, de que teria sido presente de um político, segundo contou-me Seu Jair, quando na realidade fora um presente seu por ocasião do aniversário da esposa (DC 21.03.05). Essas fofocas são interpretadas pelas mulheres do Grupo como uma *inveja do povo da Vila* em relação à sua retidão de caráter e às aquisições que elas têm, fruto do seu trabalho.

A reiterada ênfase que fazem na retidão de caráter não me parece ser casual. Antes se encontra associada ao caráter acusatório que assume o seu *status* conjugal, de mulheres e mães solteiras, em determinadas situações desse contexto. Fonseca (2000), nas suas pesquisas etnográficas entre a população de baixa renda porto-alegrense, demonstra que as fofocas que constituem a trama social daquele universo têm como tema preferencial a honra e a moral sexual local. Nesse mesmo sentido, as portas fechadas das casas das mulheres do Grupo, a sua vida mais privada, parecem estar a serviço de uma tentativa de resguardo das regulações sociais acerca da sua solteirice.

Podemos perceber, assim como Elias e Scotson (2000), que “os mexericos de censura apelavam mais diretamente para o sentimento de retidão e virtude daqueles que os transmitiam. (...) O fato de mexericar com outros sobre tal assunto era prova da própria irrepreensibilidade. Reforçava a comunhão dos virtuosos” (p.124). A relevância desse elemento faz todo o sentido quando nos deparamos com o seguinte comentário de Amelinha. Em certa ocasião, ao tematizar as dificuldades enfrentadas nas relações políticas locais, ela confidenciou-me que sofrera muitas críticas quando resolveu *juntar-se às domésticas, por serem domésticas e muitas mães solteiras: São pessoas que foram muito subjugadas a vida inteira e não conseguem se impor, por isto que falaram muito aqui, quando eu resolvi me*

*juntar com elas. Mas eu não tenho disso, me dou bem com todas e são pessoas maravilhosas (DC16.11.04)*⁶.

Além disso, as cisões na Vila e a demarcação de uma distinção do Grupo de Mulheres em relação à comunidade assumem uma forma mais contundente quando o assunto se trata de política. A própria forma como atribuem sentido à organização espacial da Vila, entre a rua em que vive a maioria delas e as outras ruas, explicita as tensões locais que reproduzem divisões políticas extra-locais, bem como demarca a concepção política do Grupo. Foi Amelinha quem me explicou essa organização espacial e política da Vila:

Aqui tem como se fossem dois partidos, direita e esquerda. Direita é o PMDB e o PFL e a esquerda é o PT. Nesta rua aqui [a rua B] mora a oposição, que é de direita, e na outra rua [a rua A], a esquerda. Cada uma tem o seu partido e fica livre para escolher o que achar melhor. É claro que a gente dá nossas dicas sobre como votar bem, sem colocar nome de candidato no meio, mas só nas nossas casas, não no Conselho. Eu faço da minha casa um comitê. Aqui tem muito cabo eleitoral, que ganha para fazer campanha. A nossa posição política é diferente; a gente apóia candidato pobre, que tem uma história de luta; a gente exige que o candidato venha à comunidade, conheça a nossa realidade e que a comunidade conheça o candidato, para depois escolher. Eu apoiei o Dr. Mozart, do PT. Muita gente daqui o apoiou... Nesta eleição nós tivemos seis candidatos apoiados pela comunidade: dois do PT, um da Frente de Esquerda, que é o Arraes, e o resto da direita, do PFL (DC 16.11.04).

A divisão entre *direita, oposição e rua B*, de um lado, e *esquerda, situação e rua A*, de outro, reproduz as facções historicamente envolvidas na disputa eleitoral pelo Conselho de Moradores local e, segundo elas, formas distintas de se perceber a política, como se pode ver na conversa reproduzida abaixo:

Amelinha: Há muita fofoca na rua, e quando chega a reunião, ninguém aparece. Eu não gosto de fazer nada sozinha, tudo tem que ter a diretoria, tem que ser discutido na diretoria; é uma questão de fidelidade ao grupo. A gente ficou no isolamento na comunidade, mas porque a gente tem uma forma de fazer política, que é pública.

⁶ Interessa contrastar essa posição de Amelinha com uma acusação sua à candidata da chapa adversária, Tamara, em meio a uma conversa que tivemos, junto ao Grupo de Mulheres, as quais, não custa lembrar, são domésticas. Na ocasião, perguntei se Tamara trabalhava e se era ligada a algum partido. Amelinha, em tom de desprezo, disse: *ela é cozinheira, faz cafezinho, limpa, essas coisas, gorda do jeito que é e trabalhou durante anos com Miguel Arraes, como cozinheira, por isso é ligada a eles, ao PSB*. Um silêncio constrangedor seguiu-se a sua fala (DC 31.03.05).

Iazinha: O que está incomodando tanto é porque houve mudanças; a reação negativa é porque houve mudanças... mas o pessoal não vem, não participa, prefere ficar falando na rua e não vem aqui colocar para o coletivo... eu só tenho o 1º grau, nem completo é, mas tem gente aqui que faz universidade e não tem nada na cabeça. Tenho primeiro grau incompleto, mas de política eu entendo, de trabalho de base. Eu posso estar afastada do cotidiano do sindicato e do conselho porque eu não tenho tempo, mas eu estou sempre lá fora conversando com as meninas no prédio em que trabalho, alertando para os direitos, mandado para o sindicato, divulgando.

Maria das Graças: Isso se chama trabalho de base, mesmo.

Iazinha: É, não adianta fazer só manifestação, tem que se juntar...na primeira gestão a gente foi muito criticada, o pessoal dizia que a gente não ia fazer uma boa gestão porque Amelinha se juntou com as domésticas. Aqui tem muito preconceito com as domésticas... mas foram as famílias que quiseram a mudança.

Amelinha: A gente faz reuniões aqui, chama todo mundo para expor os problemas, mas ninguém aparece. A comunidade é desinteressada, só quer receber; reclamavam porque a gente não arranjava cesta básica, não arranjava emprego. Mas está dentro do próprio estatuto, [o Conselho] é um movimento de reivindicação para que a comunidade viva a cidadania, descubra os seus direitos e como promovê-los; a gente queria fazer trabalho de educação para a cidadania com os jovens, mas eles só querem saber de dança. É lento, para transformar é difícil (DC 16.11.04).

Chama a atenção nesse excerto o fato de que, para além de concepções políticas distintas em jogo, há também visões de mundo que regem modos de vida em tensão. Parece-me haver aqui uma dissonância entre modos de vida que se relacionam e a manutenção daqueles mecanismos de distinção que o Grupo de Mulheres procura reforçar em relação à comunidade em que vivem.

Contudo as cisões não cessam aí; antes elas se manifestam em conflitos concretos protagonizados pelo Grupo de Mulheres, como se pode acompanhar no processo de eleições do Conselho da Vila. O tema da “eleição para o Conselho”, foco dos eventos narrativos e das fofocas, parece sintetizar as próprias cisões e conflitos advindos da convivência cotidiana entre as alteridades na Vila.

A disputa eleitoral pela diretoria do Conselho de Moradores envolveu duas chapas: a Chapa 1, *Continuação na Luta*, formada pelas domésticas, Teresa, como presidenta, Adelaide, Iazinha, Lucimar, Maria Cristina, Piedade e mais dois rapazes e uma moça da comunidade; A chapa 2, *Renovação*, que segundo minhas interlocutoras, *só tem maconheiro*,

bandido, cachaceiro, é formada por *um pessoal quente, gente baixa, perigosa. Todos da rua B que querem tomar conta do Conselho para fazer baderna*. A cabeça da chapa, Tamara, é cunhada de Milton, candidato perdedor das eleições anteriores. Segundo o Grupo de Mulheres, o seu empenho na campanha da cunhada esconde interesses escusos como o de *montar um negócio e encher o bolso de dinheiro* (DC 21.03.05) a partir da cozinha industrial do Conselho.

As atividades de campanha do Grupo de Mulheres ganharam mais intensidade na semana anterior ao pleito, com a organização de um bingo e de palestras com representantes do campo político feminista da cidade, seguido do oferecimento de um lanche e sorteio de prêmios à platéia formada por moradoras da Vila, domésticas não associadas ao Grupo de Mulheres da Vila, além das integrantes do Grupo com seus filhos, a numerosa família de Amelinha, lideranças comunitárias de bairros vizinhos e assessores de vereadores.

Nessa atividade pré-eleição, já podemos identificar elementos importantes sobre a práxis política local e as ingerências do campo político mais amplo. Além de consolidar uma marca da gestão do Grupo de Mulheres – a ênfase na promoção da mulher, o combate à violência e a busca de melhorias para a comunidade – o que revela de que maneiras o discurso feminista mais amplo permeia a vida local, o evento teve um caráter abertamente de campanha política voltado para a eleição do Conselho. A presença de pessoas de fora da Vila dá um tom muito particular à campanha. Esses agentes externos, mais especificamente a demonstração pública do seu apoio, bem como acusações a eles por vezes associadas, serão constantes no desenvolvimento da eleição e revelam os significados em ação do jogo político local.

Tal presença, referida pelas minhas interlocutoras como *apoio*, tem o objetivo de reforçar o prestígio angariado pelo Grupo fora dali, entre instâncias chaves do campo político e aplicá-lo nas eleições, revelando, também os mecanismos de distinção do Grupo de mulheres anteriormente assinalados.

A eleição aconteceria no domingo de Páscoa, e no sábado anterior o Grupo de Mulheres, orientado por Janice, assessora parlamentar de um deputado estadual petista, organizou uma

panfletagem com o material da Chapa 1 oferecido pelo gabinete do deputado⁷. Cheguei no começo da tarde na casa de Amelinha, junto com Lucimar, a fim de acompanhar a atividade e encontramos-na na cozinha às voltas com os preparativos para o dia seguinte. Ela nos contou, orgulhosa, que tinha *se desenrolado* e conseguido recursos para oferecer alimentação para as pessoas que viriam *apoiá-la* com o gabinete da deputada estadual petista Tereza Leitão, uma forte aliada do movimento feminista pernambucano na Assembléia Legislativa.

Visivelmente ansiosa, Amelinha andava de um lado para outro na cozinha e foi logo nos distribuindo tarefas para ajudá-la, enquanto preparava um bolo e tecia comentários, como por exemplo, o carro de som que tinha pedido que chegasse às 17 horas para auxiliar na panfletagem e as camisetas da Chapa 1 que tinha conseguido com recursos de um outro vereador. Contava-nos que na parte traseira das camisetas, o doador queria colocar o seu nome, para mostrar que estava apoiando, mas Amelinha impediu porque *ia dar confusão com a outra chapa, eles iam nos acusar de estarmos sendo partidárias e de misturarmos as coisas*. Lucimar comentou que por trás da chapa 2 estava um outro vereador, João Arraes, do PSB: *mas elas não assumem, com elas é sempre assim, tudo por baixo dos panos! Política para elas é toma lá, dá cá; só valorizavam isso, se ganharem alguma coisa* (DC 26.03.05).

Já nesse primeiro momento aparecem alguns nomes de agentes políticos externos cujo apoio, não apenas em forma simbólica, mas, sobretudo, na forma de recursos financeiros para o desenvolvimento da campanha, é interpretado como uma prática positiva pelas minhas interlocutoras. Mais do que isso, na formulação de Amelinha tais apoios são atribuídos à sua diligência, dando a entender que se associa à sua garra, ao seu prestígio junto a esses agentes externos, como se pode perceber na expressão empregada por ela “desenrolar-se”.

Essa expressão, de uso corrente no contexto de pesquisa, está associada a uma habilidade em se sair bem sucedido de situações mais complexas e difíceis, que exigem a extrema perícia do sujeito que é *desenrolado*⁸. No entanto, o mais curioso é que em se tratando do grupo opositor, as mesmas práticas são percebidas como escusas, servindo como

⁷ O panfleto trazia uma síntese dos trabalhos realizados pelas gestões anteriores da diretoria presidida por Amelinha, uma lista das propostas para a nova gestão, bem como os nomes dos componentes da chapa.

⁸ comparável ao que Fonseca (2000) encontrou entre mulheres das camadas de baixa renda gaúcha com quem pesquisou: “mulher admirável é aquela que sabe se mexer” (p.130), como uma variação da idéia de valentia.

indício derogatório e negativo do opositor. Essa ambivalência será uma constante na disputa entre as chapas:

Chegada a hora da panfletagem, o carro de som não apareceu. Reunido o Grupo de Mulheres, Janice orientou-as a como proceder na panfletagem e no dia seguinte. Adelaide, Maria Cristina, Maria das Graças, Amelinha e sua família seguiram para a celebração da missa que ocorreria, como de costume, no segundo sábado de cada mês, na sede do Conselho. Janice, eu, Lucimar, Luciane e Teresa saímos pela Vila para a panfletagem. Teresa e Lucimar pareciam muito intimidadas em abordar as pessoas e bater nas casas; Janice, comandando a investida, nos organizou em duplas (Teresa e eu; Janice e Lucimar) para agilizar o processo.

Teresa não queria parar nas casas de quem ela sabia que eram partidários da chapa 2 e tentava evitar algumas casas. Só se sentia confortável em parar nas casas de quem sabia serem simpáticos à sua chapa. A maior dificuldade enfrentada foi a de entrar na rua B, reduto da chapa 2 e onde vive Tamara, candidata à presidente. Paramos na casa de seu João, vizinha ao Conselho. Ele foi logo dizendo que não ia esconder o seu voto: *estou com a chapa 2, porque Dona Amelinha fez uma boa gestão, mas faz dois anos que ela parou, não fez mais nada e o Conselho vive fechado*. Teresa saiu em defesa, dizendo que tinham feito muitas coisas e que só não tinham conseguido fazer mais por causa de um plebiscito acerca do pertencimento daquela área, ao município de Recife ou ao de Jaboatão. Só depois deste plebiscito é que se poderiam fazer obras de calçamento e saneamento, demandas antigas dos moradores. Continuamos batendo nas casas, onde éramos recebidas de forma fria, mas cordial. Encontramos um grupo de mulheres sentadas em frente a uma casa. Teresa passou reto por elas, mas Janice fez questão de parar e conversar. Uma delas, mais jovem, disse-lhe: *Dona Amelinha usa o Conselho só para aquilo de que ela gosta. Só abre para as celebrações e os moradores não têm o direito de usar o Conselho*. Janice perguntou se elas tinham ido à atividade do Dia da Mulher. A jovem disse que nem tinha ficado sabendo: *Dona Amelinha só divulga o que vai acontecer na rua A, ela não se interessa pela rua B*. Outra do grupo, mais velha, falou sobre a divergência entre as duas ruas: *A questão que está em jogo aqui é a de que a gente não gosta do pessoal da rua A e eles não gostam da gente. Aqui as coisas são divididas assim*. Teresa e Lucimar permaneceram absolutamente silenciosas e Janice argumentava, mostrava o panfleto e os projetos que a chapa 1 oferecia e questionava sobre os projetos da chapa 2. Sugeria que somente a partir da avaliação de ambas as propostas que o voto deveria ser decidido.

Mais adiante passamos por uma pequena igreja evangélica, onde havia duas mulheres. Teresa aproximou-se das duas, chamando-as de *irmãs*, e entregou-lhes um panfleto. Janice comentava comigo sobre como elas estavam *murchas* no início e passaram a falar, que era só *um*

empurrãozinho. Ao comentar, celebrava a sua missão ali, avaliando terem revertido votos e sensibilizado indecisos, o que me pareceu um flagrante exagero. Eu estava mais cética e mais observadora, quase não falava. Percebia que elas se instigavam a falar quando sentiam que o interlocutor falava mal da outra turma. Quando sentiam uma certa resistência, elas emudeciam.

Paramos na casa vizinha a de Tamara, em que estavam alguns homens, bebendo cachaça, comendo, fumando e ouvindo música em alto volume. Janice se aproximou e entregou um panfleto. Um deles passou a criticar Tamara: *como uma mulher separada, que não sabe cuidar nem dela, vai cuidar do Conselho? Isso é uma mulher sem moral. Só quer trazer homem praí*. Outro disse que não estaria ali para votar porque trabalhava, mas que tinha muitas críticas à diretoria do Conselho, que não tinha feito mais nada e a sede estava sempre fechada. Seguimos mais adiante e paramos frente a um grupo de jovens que bebia no boteco ao final da rua B, cujo dono ameaçara Amelinha. Lucimar e Teresa seguiram adiante, mas Janice insistiu e falava em projetos para jovens, em democracia e escolha da melhor gestão para o Conselho. Eles ironizavam o que Janice dizia e, quando nos afastamos, jogaram o panfleto no chão e gargalharam.

Foi quando ouvimos um carro de som, cujo comando estava a cargo de Anísio, líder comunitário da Mostardinha, bairro da periferia de Recife, distante da região do Ibura onde se localiza a Vila, e assessor parlamentar do vereador João Arraes, do PSB, ambos apoiadores de Tamara. Um grupo seguia na frente do carro, distribuindo panfletos e falando com as pessoas. Anísio bradava: *O Conselho não pode ficar fechado, porque quando qualquer morador precisa de uma referência para um emprego, para fazer uma compra, o Conselho pode dar. Ele deve estar aberto todos os dias para que a gente use. Se você quer fazer uma festinha de aniversário, um casamento ou um batizado, você tem direito a usar o espaço do Conselho. A chapa 1, a da situação, ficou três anos e nunca bateu na sua porta, hoje resolveu ir até a sua casa. Não caia nessa, tem gente de fora da comunidade vindo pedir voto para vocês*. Eles ficaram no nosso encalço; por onde passávamos, vinham atrás.

Paramos na casa de uma mulher que estava indignada com a atual gestão do Conselho. Queria um posto de saúde ali na Vila e distribuição de leite, para evitar de *subir a ladeira* cotidianamente a fim de buscar o leite para os seus filhos no PSF da UR-10. Teresa explicou-lhe que ali não poderia ter posto de saúde e nem distribuição de leite em função do tamanho da Vila. Mas que a gestão delas tinha conseguido um agente comunitário de saúde, e reforçava quando o qualificava como *concurgado*, que levava as demandas e marcava as consultas do pessoal da Vila no PSF (DC 26.03.05).

Nessa passagem aparecem alguns elementos para os quais gostaria de chamar a atenção. Em relação ao jogo de acusações, para além daquelas que giram em torno das marcas de distinção destoantes do Grupo de Mulheres relativas ao uso do Conselho para missas católicas e a não realização de festas para a comunidade e das expectativas frustradas em relação a benfeitorias esperadas para a Vila, como se pode perceber na descrição etnográfica acima, há uma outra que se associa ao tema da conjugalidade e da agência sexual das mulheres envolvidas na disputa política.

A avaliação do comportamento sexual das mulheres locais atravessa a etnografia do cotidiano na Vila, sendo alvo de atenção e controle da rede social, e nos meandros da eleição passa também a ter uma conotação política. Como asseverou o vizinho de Tamara, a ausência masculina recaiu negativamente sobre a candidata. A sua capacidade de ser uma boa presidente do Conselho foi colocada em xeque pelo fato de ser separada. Em vista disso, pode-se compreender melhor a ênfase que as mulheres do Grupo colocam na sua retidão de caráter e na vida mais reclusa que levam, buscando se livrarem da pecha de *mulheres sem moral* e, assim, diferenciarem-se do restante, já que a sua condição de solteiras, desde os primórdios da Vila, guarda uma conotação negativa.

Ao mesmo tempo em que desafiam as convenções locais, em não terem um parceiro, as mulheres do Grupo parecem ambivalentemente empenhadas nelas, quando buscam garantir a sua respeitabilidade, reconhecida pela rede local. A reputação das mulheres envolvidas na disputa política foi um dos temas candentes da eleição, transformado em objeto de acusação política. Vejamos.

No dia da eleição, seguindo para o Conselho com Maria das Graças encontramos Teresa, acompanhada por um grupo que estava a ajudando a fazer um *porta a porta*: Félix, um jovem, assessor parlamentar do deputado federal petista Fernando Ferro e vice-presidente do Conselho de Moradores da Imbiribeira, Eufrásia, uma mulher nos seus quarenta anos, ex-presidente do Conselho de Moradores do Monte Verde, e Rodrigo, morador da Vila e participante da Chapa 1. Após nos afastarmos do grupo, Maria das Graças comentou que Rodrigo era *um bom menino, mas era gay*. Filho de Lucrécia, doméstica, ex-mensalista, que *agora é diarista e se dedica aos homens*. Não entendi o comentário e Maria das Graças disse-me que ela *gostava de ganhar dinheiro com os homens, os caminhoneiros lá em cima, no posto*.

A votação era no grande salão do prédio do Conselho e contava como mesários: Evenise, liderança comunitária, presidente do Conselho de Moradores da Imbiribeira e assessora parlamentar do deputado federal petista Fernando Ferro, e Tubino, também liderança comunitária, presidente do Conselho de Moradores da Vila 27 de novembro e assessor parlamentar do vereador petista Mozart, *companheiros políticos* de Amelinha. A votação seguia tumultuada, com discussões sobre quem poderia ou não votar. Lucimar e Maria das Graças ficaram a maior parte da manhã entre o Conselho e a casa de Amelinha, levando boletins parciais sobre o desenvolvimento da eleição às outras mulheres do Grupo envolvidas com os preparativos para o almoço. Todas se empenham em falar mal dos *macumbeiros da chapa 2*. Ao retornarmos ao Conselho, nos deparamos com uma grande querela. Quando Lucrécia e o seu companheiro tinham ido votar, o pessoal da chapa 2 colocou o voto dele em separado, porque duvidavam do fato de ele morar na comunidade. Além disso, Anísio, mesário da chapa 2, queria colocar no envelope dela que ela era profissional do sexo. Evenise, saindo em defesa de Lucrécia, interveio: *De jeito nenhum, companheiro. Isso é discriminação e inconstitucional. Por que razão a profissão dela deve ser destacada e de que nos interessa a sua profissão? Eu não vou aceitar isso de jeito nenhum.* Amelinha ficou furiosa e virando-se para mim, disse: *you está vendo a discriminação a que ponto chega? Isso só porque nós somos mulheres. Há muita discriminação, porque somos um grupo de senhoras, mulheres e domésticas!* Todos passaram a debater o ocorrido. Roberval disse haver muitas profissionais do sexo ali, inclusive na chapa 2, acusando Tamara de *profissional do sexo enrustida*.

Continuaram a discutir a quantidade de profissionais do sexo que havia na Vila. Para arrefecer os ânimos, Amelinha ofereceu mungunzá que havia feito, pedindo à Lucimar que fosse buscá-lo em sua casa. Fui acompanhá-la. No caminho passamos pelo grupo em que estava a candidata da chapa 2, Tamara. Cumprimentei-a e Lucimar, virou o rosto, num sinal ostensivo de desagrado. Depois, entre dentes, comentou comigo: *o negócio daquela ali é chamar homens para sua casa. Nisso ela é boa. Eles já estão com um engradado de cerveja para comemorar a vitória. Vão fazer uma festa.* Ri do seu jeito e perguntei se Tamara chamava muitos homens só para ela. Lucimar riu e, do seu jeito meio acanhado, aquiesceu. Continuei provocando-a: *Suruba, mesmo?* Ela riu da palavra que usei e disse-me que sim, já que Tamara gostava de chamar muitos homens e transar com eles: *aqui, minha filha, são as mulheres casadas que mais aprontam. As solteiras são todas comportadas. Quem mais apronta são as casadas e separadas. Precisa ver, tem cada história aqui. Tem muito gay que se faz de macho, mas que gosta de pegar homem* (DC 27.03.05).

A discriminação à Lucrécia foi associada por Amelinha como uma discriminação dirigida ao seu Grupo pelo fato de serem *senhoras, mulheres e domésticas*. O sentido da

acusação dirigida a uma aliada foi conscientemente resvalado metonimicamente ao Grupo como um todo, na tentativa de retirar um proveito político da acusação. Mesmo considerando Lucrecia uma profissional do sexo, como me havia referido Maria das Graças anteriormente de forma repreensiva, a acusação passou a ter um outro sentido na situação da disputa política. Note-se que, em se tratando da rival política Tamara, a avaliação do seu comportamento sexual conta como um argumento que a desabona politicamente, como se pode perceber nos comentários do seu vizinho e no de Lucimar.

No contexto investigado, a política e as relações de poder atravessam e impregnam os mais distintos espaços da vida cotidiana. Diferentemente do grupo de mulheres analisado por Caldeira (1987), que não concebiam a sua atuação como política, aqui tudo passa a ter essa feição. A hiper-politização da vida cotidiana, que transforma a conjugalidade e a agência sexual em elementos da disputa política, nos leva a considerar outros elementos à luz dessa mesma gramática, que nos remetem à hipótese anteriormente mencionada acerca da política como o elemento que conecta essas mulheres, criando laços duradouros e profundos, com força de parentesco.

Para tanto, é crucial analisar as avaliações sobre a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres e a cisão política no Sindicato das Domésticas que incidiu sobre a Vila. Tensão oculta ao longo dos meses de pesquisa, a cisão do grupo das domésticas que fundou a Vila era uma presença implícita na minha interação com o grupo. Havia uma regulação velada sobre os meus contatos com o grupo de Celina, presidente do Sindicato à época da pesquisa, e outras domésticas que viviam na Vila, bem como nos contatos com o Sindicato. Dado subliminar, mas com forte presença, tendo sido explicitado na avaliação sobre a eleição, as disputas de poder no âmbito do Sindicato marcam indelevelmente a micro-política local e nos aproximam da hipótese anteriormente apresentada entre política e conexão.

Mulher sozinha e família pequena não ganham eleição? Da conexão e da política

Ao perceber os rumos que a eleição estava tomando, Iazinha, desanimada, desabafou: *o nosso maior problema é que temos família pequena. Viu, quem mandou inventar de ter só*

um filho? Na minha casa, por exemplo, é só um voto! Eles têm família grande, em cada casa tem cinco, seis votos. A gente fica em desvantagem! (DC 27.03.05)

Essa justificativa para a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres da Vila foi recorrentemente utilizada nas inúmeras reflexões sobre o ocorrido e pode-se perceber nela a ressonância dos elementos em comum à biografia dessas mulheres que particularizam a sua relação com o ativismo político. Além disso, esse desabafo parece sugerir que os arranjos familiares e conjugais dessas mulheres, dissonantes das convenções vigentes locais, tiveram uma forte ingerência nos resultados negativos da eleição. E é nesse mesmo sentido que vai a análise de Amelinha:

A gente enfrentar uma eleição do jeito que foi, eu acho que foi um grande passo que a gente deu. A gente está com o poder, não com um poder de mandar, mas a gente está com um poder de ser respeitada, de servir à comunidade. Eu acho que isso marcou a comunidade, mesmo esses 70 votos que a gente teve, foram votos realmente conscientes, porque se você for avaliar o número de pessoas, de familiares, dessa turma que está aí governando agora, é quase o número dos eleitores deles. E nós, qual é a família maior que temos? O número maior que tem? Sou eu. O restante é uma só pessoa. Então se a gente for avaliar esses 70 votos, a gente tirando Maria das Graças, Iazinha, Teresa, Lucimar e Adelaide... Porque nas outras, eu não confio. Até na dona Celina, eu não confio, porque do jeito que ela está fazendo, eu tenho impressão que ela não votou na gente. Então, você vê essas companheiras, elas são sozinhas e a gente teve 70 votos! Politicamente a gente não ganhou, mas a gente ganhou por outro lado, porque teve esses 70, que estão a nosso favor. O pessoal da outra chapa, Tamara, por exemplo, quantas pessoas tinham na casa dela? Quatro pessoas! Quatro pessoas dentro da casa dela, ainda mais o cunhado, o irmão do cunhado, a irmã, a mulher do cunhado, a sobrinha... quer dizer, é uma família!

Alinne – *Tu queres dizer que família grande ajuda a ganhar a eleição?*

Amelinha – *Ajuda ganhar a eleição. Mas não é mesmo, me diga se eu estou errada? Já a Pamela tem ela, o marido, a mãe Piedade que eu também acredito que não votou na gente. Piedade estava para olhar, para bisbilhotar. Ela não votou na gente. Tem a sogra da menina... Cada um com cinco, seis, sete, oito. Quer dizer, a chapa tem onze e todas as onze têm famílias grandes. E nós com onze, dos onze... Maria Cristina sozinha, Iazinha sozinha, Teresa sozinha, Lucimar sozinha, Adelaide sozinha, entendeu? Se a gente for avaliar isso na ponta do lápis...* (DC 310505).

Interessa ressaltar nessa análise de Amelinha a pregnância da dimensão política no cotidiano. Ela avalia o evento em termos do grau de poder que o Grupo tem localmente e

insiste na hipótese da família pequena das outras componentes da chapa como o motivo principal da perda da chapa 1. Um outro comentário seu, associado ao estatuto da solteirice da maioria das componentes da sua chapa, vai além da justificativa do número exíguo de familiares. Ela põe em xeque o principal elemento que dota de sentido a práxis política local, a coragem:

Passamos pela frente da casa de Teresa e Amelinha, apontando para a sua direção, comentou: *Teresa ficava muito amedrontada de assumir o Conselho porque ela é sozinha, só ela e a filha, sem marido, e temia que fizessem alguma coisa contra elas.* Espantada com o seu comentário, provoquei-lhe: *tu achas que ter marido é importante para se estar à frente do Conselho, dá alguma garantia? Ela me olhou, pensou e redarguiu: se bem que não adianta muita coisa, não viste o que aconteceu comigo? Eu com marido e filhos dentro de casa, quase mataram Ronaldo? Mas elas são muito sozinhas e ter marido sempre dá mais segurança, tem alguém que proteja...* (DC 31.03.05)

Retirando-se do cenário da disputa, Amelinha imputa a perda ao fato de que as suas companheiras de ativismo local não se adequam aos critérios de respeitabilidade e credibilidade por serem mulheres sós, sem parceiros e por terem famílias pequenas, sem o respaldo que uma família extensa traria nessa ocasião. No entanto, parece-me que há outras questões em jogo nos resultados dessa disputa política, para além do desafio às convenções de gênero, conjugalidade e família que parecem representar. A etnografia sugere a existência de algo a mais nessa equação. É nesse contexto que a noção de conexão como parentesco, no sentido atribuído por Carsten (2000), surge como uma opção interpretativa para se compreender o laço que une essas mulheres através do compartilhamento de uma trajetória política comum. Laço constituído historicamente, profundo, duradouro e ao mesmo tempo dinâmico, que é desafiado pelas ingerências das disputas políticas extra-locais e revelado pelo evento da eleição pelo Conselho.

As infundáveis fofocas que se seguiram após a perda da eleição, a constante avaliação dos motivos da perda, as recorrentes disputas por lugares nos espaços políticos e pelos apoios, o acirramento das cisões levam-me a apontar que a política se configura no elemento que constitui o laço profundo e duradouro com força de parentesco entre esse grupo de mulheres. Contudo, antes há que se fazer uma ressalva sobre o uso que faço da noção de conexão.

A proposta de Carsten (2000) de se utilizar o conceito de conexão (*relatedness*) em oposição ou ao lado de parentesco (*kinship*), de modo “a marcar uma abertura para idiomas nativos de se estar conectado”, implica num deslocamento dos aspectos formais, para os sentidos atribuídos ao que significa estar-se conectado. O que permite, segundo a autora, uma visão mais ampla e imaginativa do que deve ser incluído sob a rubrica do parentesco.

Através da noção de conexão há uma mudança nas compreensões convencionais sobre o parentesco; uma mudança de enfoque para a agência, para as relações de poder e para a produção de significados em ação. O peso recai sobre a qualidade dinâmica da *relatedness*, nos processos contínuos de se tornar conectado a outras pessoas. Os novos estudos promovem “a complexificação da compreensão antropológica acerca da densidade simbólica das substâncias e códigos que vêm a significar parentesco e a sua relação na formação de parentesco e outros laços” (Franklin e Mckinnon 2001:10).

Questiona-se, assim, se a política poderia ser entendida como o elemento passível de criar o laço de solidariedade e duradouro com força de parentesco. Nesse sentido, a etnografia de Bamford (2004) entre os Kamea, da Papua Nova Guiné, é inspiradora para iluminar essa questão. Entre os Kamea, nos ensina Bamford, as conexões entre as pessoas não são dadas ao nascimento. Antes, elas são produzidas através do tempo como uma consequência do comer, viver e consumir juntos (Bamford, 2004: 301). Assim, através da sua etnografia sobre o grupo em questão, ela sugere que para se compreender “o que conecta e desconecta as pessoas no seu mundo, é necessário mudar de um ponto de vista substantivo para um ponto de vista relacional” (p.302).

Ancorada nessas perspectivas analíticas é que vislumbro a política como o elemento compartilhado que cria laços duradouros e profundos com força de parentesco entre as mulheres pesquisadas. Atentando-se para as suas biografias, descritas anteriormente, na sua maioria marcada pela disrupção dos laços de consangüinidade e pelo idioma de conexão que passa pela trajetória política comum cujo ápice é a constituição da Vila, é que sugiro a compreensão dos laços entre o Grupo de Mulheres como um modelo de conexão (*relatedness*) com as características definidas por Carsten (2000).

Nesse universo, o sentido de família, sintetizado na idéia de “aquelas com quem se pode contar” seja quando o dinheiro acaba, seja quando se está doente, seja no apoio mútuo

quando da resistência da vizinhança às mulheres sós que viriam para a Vila, como muitas apontaram, se preenche nos laços estabelecidos com *as companheiras de luta*. Esse lugar ocupado pela política pode ser, ao meu ver, corroborado pelos significados em ação produzidos ao longo da disputa eleitoral pelo Conselho, bem como aos sentidos produzidos após o término da disputa, em que o que parece estar em xeque é a conexão ela mesma, desafiada pela disputa de poder. Aqui, a qualidade dinâmica da conexão (*relatedness*), os processos contínuos de se tornar conectado, aflora e nos remete para o fato de que os significados de parentesco estão imersos em hierarquias de poder, como nos lembram Yanagisako e Delaney (1995).

Nesse sentido que a reflexão feita pelos apoiadores externos da eleição, empenhados no pleito, sobre a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres, nos ajuda a encontrar os nexos que subsidiam essa interpretação da política como o elemento-chave da conexão entre essas mulheres. Frente ao resultado da eleição, e já a caminho de casa, Evenise, Janice e Tubino ponderaram que

elas têm de fazer uma avaliação e ver o porquê da falta de apoio da presidente do Sindicato das Domésticas, que não ficou na Vila e não trabalhou para a eleição. A maioria da chapa é doméstica e não teve apoio do sindicato, que é uma força política importante! Ouvimos fofocas de que Celina não votou na chapa 1. Ela foi votar bem cedo e saiu. Isso é errado, ela deveria ter ficado o dia inteiro ajudando na militância. Eu, incautamente, disse-lhes que Celina tinha ido a um casamento. Evenise e Janice saltaram enfurecidas, dizendo-me que isso não era justificativa: *militância é militância!* Janice disse-me que não tivera feriado, que estava com a sua mãe doente e tinha deixado tudo porque tinha se comprometido com a militância. Evenise, com ar didático, me ensinou: *hoje é domingo de Páscoa e para nós, aqui no nordeste, é muito importante nessa data estar com a família e todas nós deixamos as nossas famílias para estarmos ali, apoiando. Deve haver algum problema e elas devem discutir isso. Se bem que Celina é uma pessoa muito fraca, não tem militância nem representatividade política. Lúcia [a presidente de honra do Sindicato, quem o fundou] sim, que é combativa. Eu acho que elas devem avaliar bem isso e escantearem Celina* (DC 27.03.05).

Na avaliação dos bastidores da disputa política pelo Conselho, os companheiros políticos de Amelinha indicam que a eleição foi decidida em função de um contexto mais amplo, que envolve o Sindicato das Domésticas. A evocação dessa outra instância traz um

indício para se refletir sobre como a política se constitui em um elo entre as mulheres e como a disputa de poder se imiscuiu como um elemento potencialmente disruptivo das conexões entre elas. Vejamos a visão de Iazinha sobre esse problema:

Perguntei à Iazinha sobre as eleições do Sindicato das Domésticas. Disse-lhe que a ouvira comentar que queria concorrer à diretoria do Sindicato. Ela confirmou e passou a me explicar: *Trabalho num prédio onde tem 30 apartamentos e converso muito com as domésticas que trabalham ali. Vou fazer uma campanha para que elas se filiem e depois disso, vou colocar uma chapa. Celina não trabalha muito pelo Sindicato, ela está mais interessada no movimento negro e na escola de samba. Nós vamos colocar uma chapa para tirar Celina. Ela não votou na gente na eleição do Conselho; foi votar bem cedo e, quando saiu da votação, recomendou à vizinha que votasse na chapa 2. Ela está descontente com a chapa e com a gente. Celina e Dulce, a presidente de honra do sindicato, não gostam de Amelinha porque elas acham que desde que a gente se juntou a ela, nós abandonamos a luta no Sindicato (DC 01.05.05).*

Por mais que Iazinha critique a postura de Celina em relação ao Sindicato das domésticas e atribua a sua falta de apoio à sua proximidade com Amelinha, parece-me haver aqui um importante nó de sentido que liga os nexos entre a idéia “mulher sozinha e família pequena não ganham eleição”, a cisão no Sindicato das Domésticas - a disputa de poder extra-local – à disputa local.

Como podemos perceber, a biografia de Amelinha e Celina estão entrecruzadas pelo pertencimento, na juventude de ambas, a ações da igreja católica, que redundou na relação de compadrio entre Amelinha e o único filho de Celina. O que parece ser um atenuante à explicação de Iazinha acerca da sua proximidade com Amelinha. Há ainda um outro elemento. Iazinha, Lucimar e Teresa explicam o seu afastamento do Sindicato das Domésticas em função de dissidências internas relativas à forma de relacionamento do grupo dirigente com o poder. Essas cisões que tiveram lugar no campo político extra-local, mas que tem uma forte ingerência na Vila, em função da sua própria origem, como demanda do Sindicato por habitação popular, acabam por corroborar a hipótese de que o que está em questão é a natureza mesma da conexão que liga essas mulheres que tiveram trajetória política em comum. A disputa de poder entra em cena para desafiar os laços que as unem através do compartilhamento da luta política originária da Vila.

A demonstração pública do apoio de Celina, que ocupa um lugar de importância no campo político extra-local, pode ser interpretado como uma forma de afirmar um descontentamento com a aliança das suas companheiras de luta, “aparentadas” pelos laços da política, com uma pessoa como Amelinha, que não compartilhou, nos mesmos termos e com a mesma garra, da luta pela construção da Vila, que não passou pelas mesmas avaliações morais por que passaram por serem *mulheres sozinhas e peniqueiras*. Nesse jogo do estar-se conectado, Amelinha representa o elemento disruptivo do elo que as conecta, sobretudo se levarmos em conta os signos de distinção que procura demarcar em relação à rede de sociabilidades da Vila.

E é somente quando percebemos essas nuances, subjacentes ao processo de disputa eleitoral pelo Conselho de moradores da Vila, metáfora das disputas de poder mais amplas e exemplar da tentativa de reprodução da mesma estrutura de distribuição desigual de prestígio do campo político feminista mais amplo pelo quais essas agentes circulam, que a noção de conexão pautada pela política torna-se mais evidente. Só aí podemos perceber que *mulher sozinha e família pequena não ganham eleição* quer antes e simplesmente dizer que sem os laços profundos, duradouros e permanentes da conexão não se vai muito longe. É, portanto, nesse palco micro-político, atravessado pelas disputas de poder, que se pode perceber como o cotidiano está sobejamente marcado pelos códigos que regem o campo político mais amplo, que a macro-política se manifesta e reproduz.

Referências bibliográficas

- BAMFORD, Sandra. Conceiving relatedness: non-substantial relations among the Kamea of Papua New Guinea. *Journal of Royal Anthropological Institute*. 2004. 10, 287-306,
- CALDEIRA, Teresa. Mujeres, cotidianidad y política. In: JELIN, E. *Genebra*: UNRISD, 1987.
- Caldeira, Teresa. *A política dos outros*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.
- CARSTEN, Janet. Introduction: Cultures of relatedness. In CARSTEN, Janet (ed). *Culture of Relatedness – new approaches to the study of Kinship*. Cambridge University Press: Cambridge, 2000. p 1-36.
- COLLIER, Jane and YANAGISAKO, Sylvia. Toward a Unified Analysis of Gender and Kinship. In COLLIER, Jane and YANAGISAKO, Sylvia. (ed.). *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis*. California: Stanford University, 1992.
- COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle and YANAGISAKO, Sylvia. Is there a family? New anthropological views in. THORNE, Barrie and YALOM, Marilyn (ed.) *Rethinking the family – some feminist questions*. Northeastern University Press: Boston, 1992. p. 31-48.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família - Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2003.

- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders - Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FASANO, Patricia. *De boca en boca - El chisme en la trama social de la pobreza*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2006.
- FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Revista Ilha*, Florianópolis, v.5, n.2, dezembro de 2003, p.05-31.
- _____. *Família, Fofoca e Honra - Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- _____. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. Amor e família: vacas sagradas da nossa época, 1995b
- _____. “Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila porto-alegrense.” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. No.4. vol. 02/1987. ANPOCS. São Paulo.
- FRANKLIN, Sarah and MCKINNON, Susan. Introduction. In _____. (eds). *Relative Values: Reconfiguring kinship studies*. Durham/London: Duke University Press, 2001. (p1-25)
- NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. “Ser Homem ou Nada”: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Programa de Pós Graduação em em Antropologia Cultural (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- PELETZ, Michael. Ambivalence in kinship since the 1940’s. In FRANKLIN, Sarah and MCKINNON, Susan. (eds). *Relative Values: Reconfiguring kinship studies*. Durham/London: Duke University Press, 2001. p 413-444.
- SARTI, Cynthia. *A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editores Associados, 1996.
- _____. Reciprocidade e Hierarquia: Relações de Gênero na Periferia de São Paulo. In *Cadernos de Pesquisa*, no. 70/1989. Fundação Carlos Chagas, São Paulo
- SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (73):38-47, maio 1990.
- STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais, necessidade de mães. *Revista Estudos Feministas*, vol 3, no. 2, 1995.
- YANAGISAKO, Sylvia and DELANEY, Carol. Naturalizing Power (introduction) in _____. *Naturalizing Power – Essays in feminist cultural analysis*. New York/London: Routledge, 1995. p 1-24.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 (1985).